

**SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTES E LAZER**  
**CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE CAMPINAS**  
**CONDEPACC**

**REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

**ATA 337**

Ao 01 dia do mês de fevereiro de 2006, com início às 9:00 horas e 50 minutos, realiza-se na Vila Manoel Freire, a trecentésima trigésima sétima reunião do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas - CONDEPACC, sob a presidência de Francisco de Lagos Viana Chagas, com os convidados: Fernando V. Pupo da SEHAB/COHAB, Maria José Trindade Martines da Caixa Econômica Federal e Henrique Bianco da HM Engenharia e Construções Ltda. e com a presença dos seguintes conselheiros: José Vasconcelos Travassos Sarinho, titular do Gabinete do Prefeito Municipal – Hélio Carlos Jarretta, titular da Secretaria Municipal de Urbanismo - Luís Fernando Passos de Souza, titular da Secretaria Municipal de Infra-Estrutura - Daniel Giatti Assis, titular da Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente - Carlos Henrique Pinto, titular da Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos e da Cidadania – Sandra Maria Geraldi Milne-Watson, titular da Coordenadoria Setorial do Patrimônio Cultural (CSPC) – Fernando Vernier, titular do Conselho Municipal de Turismo – Leônicio Menezes, titular do Centro de Ciências, Letras e Artes (CCLA) – Orlando Rodrigues Ferreira, titular da Associação Campineira de Imprensa (ACI) – Marco Antonio Pires Rocha, titular de Museologia - Herberto Aparecido Guimarães, conselheiro emérito. **ORDEM DO DIA:** Apresentação da definição de intervenções na Vila Manoel Freire conforme publicação no Diário Oficial do Município do dia 27 de janeiro de 2006. O Secretário de Cultura e presidente do CONDEPACC abriu a reunião explicando a necessidade de se convocar essa reunião extraordinária, por ser de interesse do patrimônio cultural - Vila Manoel Freire. Lembrou que na última reunião de Dezembro de 2005, solicitou à CSPC que fizesse um levantamento apontando os equipamentos históricos que deveriam ter uma atenção urgente para evitar abandono e destruição como o que está acontecendo na Vila. Agradece a presença dos representantes da Caixa Econômica Federal, a SEHAB/COHAB e a HM Engenharia e Construções Ltda. Passou a palavra para a representante da Caixa Econômica Federal, Maria José Trindade Martines, que falou sobre a parceria sobre um projeto iniciado há mais ou menos 3 anos juntamente com a CSPC, órgão técnico do CONDEPACC, para o restauro e reconstrução da Vila Manoel Freire. Projeto esse que ao seu término poderá abrigar aproximadamente 30 famílias com todas as condições de segurança e habitabilidade. Houve o interesse por parte da Construtora HM e a expectativa é que se chegue a uma definição, com o recurso necessário. O presidente Francisco de Lagos relatou que esteve na Vila há alguns dias atrás juntamente com o pessoal da HM Engenharia e Construções Ltda., sendo feito um levantamento que culminou na constatação da deterioração do local, nestes últimos dois anos. Está muito preocupado de que nesse mês de fevereiro, haja maiores problemas por conta das chuvas que costumam cair, como por exemplo o madeiramento que está podre. O conselheiro Herberto Guimarães colocou como exemplo clássico o Solar Visconde de Indaiatuba, que após um sinistro, foi reerguido aos moldes do anterior e que principalmente com relação ao madeiramento já tem jurisprudência aprovada. Fernando V. Pupo da SEHAB/COHAB disse que a princípio quando o projeto foi apresentado pela primeira vez, as condições do conjunto Vila Manoel Freire era mais íntegro, as telhas tinham condições de serem reaproveitadas e as faltantes seriam colocadas de forma menos impactante. Acredita que em função dos limites do programa deve-se manter a volumetria, tentando se manter o máximo da história. Escorar e reforçar para se ter a reconstrução original seria impossível, pois foi construída há quase um século. Deve-se manter a identidade do local, mas refazendo, com materiais o mais próximo do

original e mantendo as fachadas. A Capela deve ser recuperada e o Castelo que não era parte do projeto original se refaz, tentando manter os padrões. Henrique Bianco da HM Engenharia e Construções Ltda. informou que trabalha a mais de 25 anos com a Caixa Econômica Federal e que esse projeto chamou a atenção pelo que fará pelo bairro. Será uma intervenção muito agressiva mas que mostrará à população a viabilidade desse tipo de projeto. A reconstrução/restauro das casas da Vila Manoel Freire terá como público alvo a população com renda de um salário até cinco salários mínimos, com garantia de funcionabilidade e habitabilidade, mas que há necessidade de ter um número fechado, sem correção das unidades a serem restauradas. É um contrato fechado com a Caixa Econômica Federal. A tentativa será de manter o máximo das características, mas com construção nova e que a CPFL assumirá a parte elétrica. São necessárias parcerias para poder fechar o custo. Cada casa com valor diferenciado de outra casa. O prazo para término da obra será de 8 meses e a preocupação da Construtora é ter o dinheiro em mãos para poder fazer, preservando o máximo mas com definição do que poderá ser demolido e reconstruído nas mesmas características. O presidente do CONDEPACC Francisco de Lagos disse estar muito preocupado e que há necessidade de revisão rápida na proposta inicial, não pode demorar mais. Maria José Trindade Martines representante da Caixa explicou que a análise está pronta, o que está faltando é a definição. A coordenadora da CSPC Daisy Serra Ribeiro colocou que a Vila poderia ser refeita mantendo-se o conceito básico de casas populares e mantendo-se os traçados do arruamento. A Vila nestes dois últimos anos foi muito deteriorada; deve-se recuperar o que for possível, mesmo que se utilize equipamento moderno e atualizado. O Conselho já aprovou essa idéia e foi bastante aberto para a adequação necessária. Foi feito um decreto deliberando sobre o conceito de Vilas, pois não existia uma legislação sobre o assunto e não poderia ser utilizado o conceito de condomínio. Falou sobre o "Castelo" que tem aproximadamente 100 m<sup>2</sup>, tem um porão, é um bom espaço e que poderia através da Lei Rouanet ser feita uma parceria com o empreendedor. O eng<sup>o</sup> Henrique Bianco da HM Construtora explicou que poderia ser feita a reconstrução recuperando com os mesmos materiais, mas não saberia informar sobre o custo e teria que verificar a fundação do prédio. O presidente questionou sobre o porque da intervenção não ter acontecido, uma vez que o alvará de aprovação é de julho de 2004. Ao que o conselheiro Herberto Guimarães respondeu ser de ordem política, falta de vontade política para a intervenção. Explicou também que o CONDEPACC se preocupa com a fachada e a volumetria, mas que o uso não é de competência do Conselho. O espaço tombado é uma lembrança da história para as gerações futuras. O presidente disse que a partir do momento que foi motivo de deliberação pelo Conselho, a CSPC deve acompanhar a Construtora no que imediatamente deve ser feito. Deve haver uma sinergia entre a Construtora e a Coordenadoria, analisando o que na Vila é de uso comum, o que é possível recuperar e intervir urgentemente. O conselheiro Orlando Rodrigues Ferreira observou que já foi analisado e deliberado pelo Conselho, é melhor perder uma parte do que tudo, se houver necessidade de demolir alguma coisa para reconstruir não será um falso histórico. Devemos preservar o patrimônio tangível e o intangível. O vereador Jorge Roberto Schineider, convidado do presidente, como representante da Vila Industrial e como morador, se preocupa com os que moram dentro da Vila Manoel Freire. Tudo deve ser feito com segurança. Pede que essa intervenção se cumpra logo e tem certeza que assim que houver esse restauro, outros proprietários se interessarão em restaurarem suas casas. Pede que nessa reunião se concretize o que for necessário para o bem de Campinas e pela Vila que não pode ficar à mercê das chuvas e da deterioração. Desculpa-se por ter que se ausentar, mas tem um compromisso urgente na Câmara Municipal. O conselheiro José Fernando Vernier propõe se estudar a possibilidade de após o restauro, se transformar a Vila em ponto turístico, podendo inclusive se constituir de renda para a população residente no local. Poderá ser elaborado um projeto envolvendo a população local. O presidente sugeriu que o espaço pode ser ocupado e o local transformado em uma vila de artesãos, morando e ali mesmo produzindo. Pede à representante da Caixa Econômica Federal que analise a possibilidade desse tipo de projeto que está sendo feito na Vila,

possa ser extensivo a outros proprietários de outros imóveis tombados, de maneira individual. Maria José T. Martines informou ser uma coisa nova, isolada, pode verificar desde que seja feita uma amarração de que a pessoa que fizer esse tipo de restauro permaneça residindo no local. Fernando V. Pupo representante da SEHAB/COHAB se dispôs integrar-se a esse projeto, pois o que falta aos proprietários são caminhos para restaurarem seus bens, deixa isso como uma sugestão e urgência. Com relação à Vila será feito um levantamento sócio-econômico com as famílias que aqui estão residindo, tranquilizando-as quanto ao seu futuro. O presidente fez o encaminhamento: em fase de anterior aprovação do projeto pelo CONDEPACC e todos os órgãos da Prefeitura, com acompanhamento do conselheiro Herberto Guimarães de manter a volumetria, fachada, traçados e reaproveitamento de todo material possível, com deliberação da Construtora HM e da Caixa Econômica Federal, a coordenadoria da CSPC deverá atuar com dois profissionais do setor como órgão de apoio e suporte para a equipe que estará trabalhando no local. E que o conselheiro José Fernando Vernier, juntamente com o diretor de Cultura Henrique Lian estreitem a destinação da memória e uma comunicação produtiva, juntando o artesanato com a comunidade produtiva e o turismo. Maria José T. Martines expõe que o ponto nevrálgico é o prédio do "Castelo", com relação a custos, pois não faz parte do projeto original. O presidente solicita que a empresa alavanque juntamente com a Prefeitura e a Construtora o restauro e reconstrução do "Castelo" e que a CSPC faça um levantamento das unidades isoladas que necessitam de restauro para que se possa ajudar na preservação. Questiona a Caixa Econômica Federal sobre o prazo para finalização do contrato. Sendo informado que há necessidade de revalidação da documentação por parte da Construtora. Foi estipulado o prazo para que até o final de março tanto a Caixa quanto a Construtora estejam com toda a documentação para assinatura do contrato. Nada mais havendo, o Presidente agradece a todos e a presença da jornalista Maria Teresa Costa e encerra a reunião, da qual eu, Rita de Cássia Barthasar de Paula, transcrevo a presente Ata, que deverá ser aprovada pelo CONDEPACC. Campinas, 01 de fevereiro de 2005.